

**CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 37ª REUNIÃO**

Data: 01 de março de 2007, das 10h30 às 18h30.

Local: Sala de Reuniões D, do Anexo II, do Palácio do Itamaraty, Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Celina Xavier de Mendonça (celina.mendonca@mma.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente/ANA: Raimundo Alves de Lima Filho (raimundo.lima@ana.gov.br);
- Ministério dos Transportes: Andrea Soares Barnez (andrea.barnes@dnit.gov.br);
- Ministério das Cidades: Sônia Lúcia dos Reis Alves (sonia.alves@cidades.gov.br);
- Ministério das Relações Exteriores: Bernardo Paranhos Velloso (bernardo@mre.gov.br);
- Ministério das Minas e Energia: Arlete Rodarte Neves (rodarte@eletrobras.com);
- Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);
- Ministério do Turismo: Helenize Fernandes (helenize.fernandes@turismo.gov.br);
- Ministério da Defesa: Marco Aurélio Guimarães (adj3saei1@eme.eb.mil.br);
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Helvécio da Silva Araújo Mafra Filho (helvecio.mafra@seap.gov.br);
- Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: José Vicente Miranda Regina (jvicente@tractebelenergia.com.br);
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Cláudio Ramos Floriani Jr. (cfloriani@casan.com.br);
- Irrigantes: Lincoln Corrêa Curado (lincolncurado@terra.com.br);
- Organizações Não-Governamentais: Glauco Correa da Silva (kaninde@kaninde.org.br);
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Synara Olendzki Broch (synarab@uol.com.br);

CONVIDADOS:

- Ministério do Meio Ambiente/ASIN: Cláudia Della Piazza Grossi (claudia.grossi@mma.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Márcio R. Magalhães Bessa (marcio.bessa@mma.gov.br);
- Ministério dos Transportes: Wilson do Egito Coelho Filho (wegito@gmail.com);
- Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br);
- Ministério dos Transportes: Luiz Eduardo Garcia (luiz.garcia@transportes.gov.br);
- Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidades.gov.br);
- Ministério das Relações Exteriores: Roger Joseph Abboud (abboud@mre.gov.br);
- Ministério das Relações Exteriores: João Luiz Pereira Pinto (jlui@zmail.mre.gov.br);
- Ministério das Minas e Energia: Christian André Haddad Govastki (christian.govastki@mme.gov.br);
- Ministério do Turismo: Oneida Freire (segmentos@turismo.gov.br);
- Ministério da Defesa: Tarcísio Alves de Oliveira (ema11@brturbo.com.br);
- Ministério da Integração Nacional: Michelline Carmo Lins (michelline.lins@integracao.gov.br);
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul: Paulo Renato Paim (crh@sema.rs.gov.br);
- Furnas Centrais Elétricas S/A: Márcio Porto (mporto@furnas.com.br);
- Furnas Centrais Elétricas S/A: Acyr Jorge Teixeira Gonçalves (acyr@furnas.com.br);
- Furnas Centrais Elétricas S/A: Helena São Thiago (hst@furnas.com.br);
- Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes: Elpidio Gomes Filho (egs@vivax.com.br);
- Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes: Josenir Gonçalves Nascimento (josenir.gn@gmail.com.br);
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários: Paulo Sérgio da Silva Cunha (paulo.cunha@antag.gov.br);

RELATORIA:

- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Marco Antônio Amorim (marco.amorim@mma.gov.br).

56
57 Às 10h30 do dia 01 de março de 2007, o Sr. Bernardo Velloso, Presidente da Câmara Técnica de
58 Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT, deu início à 37ª Reunião da referida
59 Câmara do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. **Item 1 - Abertura:** o Sr. Bernardo
60 Velloso saudou os presentes e solicitou que os mesmos se apresentassem. Após as apresentações,
61 manifestou o prazer do Ministério das Relações Exteriores em receber a CTGRHT e também em
62 participar das discussões que objetivam a cooperação e a solução de eventuais conflitos de uso dos
63 recursos hídricos compartilhados com os países vizinhos. O Sr. Marco Amorim informou e
64 distribuiu as seguintes publicações lançadas na XVI Reunião Ordinária do CNRH, realizada no dia
65 07 de dezembro de 2006: i) versão atualizada do Conjunto de Normas Legais - Recursos Hídricos;
66 ii) versão atualizada do Glossário de Termos Referentes à Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços
67 e Transfronteiriços; e iii) Estratégia Comum para a Gestão da Água entre os Países da América
68 Latina e do Caribe. **Item 2 - Aprovação da Ata: 36ª Reunião da CTGRHT:** a ata foi aprovada.
69 Seguiu-se ao **Item 3 - Oficina de Detalhamento dos Programas e Sub-Programas do PNRH:** a
70 Sra. Raquel Scalia, da Secretaria de Recursos Hídricos, informou sobre a “*Oficina para Discussão*
71 *das Propostas de Detalhamento dos Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos*
72 *Hídricos*”, que seria realizada nos dias 19, 20 e 21 de março de 2007, em Brasília-DF, com objetivo
73 de promover uma discussão sistematizada para subsidiar o detalhamento e a implementação dos
74 programas e subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH. Solicitou a todos que
75 efetuassem a inscrição na *Oficina* através do site: <http://www.cnrh-srh.gov.br/pnrh>. **Item 4 -**
76 ***Eleição do Presidente da CTGRHT:*** tendo em vista o término do mandato do Presidente da
77 CTGRHT no dia 15 de fevereiro de 2007, o Sr. Bernardo Velloso deu início ao processo de eleição
78 do novo Presidente abrindo a palavra aos representantes da CTGRHT para manifestações. A Sra.
79 Celina Mendonça indicou a recondução do Sr. Bernardo Velloso à Presidência da CTGRHT e foi
80 acompanhada pelos demais presentes que manifestaram a importância, a contribuição, a serenidade
81 e a dedicação do Ministério das Relações Exteriores, na pessoa do Sr. Bernardo Velloso, na
82 condução dos trabalhos da CTGRHT nos últimos dois anos. Embora apoiasse a recondução do Sr.
83 Bernardo Velloso, a Sra. Sônia Alves chamou a atenção para a importância da participação do
84 Ministério da Defesa nas ações na faixa de fronteira. O Sr. Bernardo Velloso reconheceu o trabalho
85 fundamental desenvolvido pelas forças armadas brasileiras nas regiões de fronteira e apontou a
86 participação ativa do Ministério da Defesa no CNRH, em particular na CTGRHT, onde dois
87 representantes sempre se fazem presentes, um pela Marinha e outro pelo Exército, mas também
88 chamou a atenção para a importância e a necessidade da participação dos demais segmentos nas
89 atividades do CNRH. Sem apresentação de outras candidaturas, por unanimidade, o Sr. Bernardo
90 Velloso foi eleito Presidente da CTGRHT para mais um mandato de um ano, com encerramento no
91 dia 28 de fevereiro de 2008. O Sr. Bernardo Velloso agradeceu os apoios expressos e manifestou
92 que o Ministério das Relações Exteriores visualiza na CTGRHT atividades que são de fundamental
93 interesse aos assuntos externos brasileiros, com proposição de soluções que são bem vindas à
94 política externa do País, citando como exemplo o Acordo do Rio Apa. **Item 5 - Minuta de**
95 ***Resolução modificando o inciso III do Artigo 2º da Resolução CNRH nº 10 de 21 de junho de***
96 ***2000:*** o Sr. Bernardo Velloso resgatou as duas consultas realizadas pela CTGRHT à CTIL (Ofícios
97 20/2006/CTGRHT/CNRH e 35/2006/CTGRHT/CNRH) e as suas respectivas respostas (Ofícios
98 14/2006/CTIL/CNRH e 23/2006/CTIL/CNRH), as quais suprimiram todas as dúvidas quanto aos
99 aspectos legais da minuta de resolução e apontaram como pertinente a alteração do referido inciso.
100 Desta forma, e dado o amplo debate do tema já realizado em reuniões anteriores da CTGRHT, foi
101 consenso o encaminhamento da minuta de resolução modificando o inciso III do Artigo 2º da
102 Resolução CNRH nº 10 para deliberação do Plenário do CNRH. A reunião prosseguiu ao **Item 6 -**
103 ***Arranjo Institucional do Estado do Rio Grande do Sul na gestão dos recursos hídricos da Lagoa***
104 ***Mirim e da Bacia do Rio Quaraí frente à Moção CNRH nº 29:*** em continuidade ao
105 acompanhamento pela CTGRHT da implementação da Moção CNRH nº 29, o Sr. Bernardo Velloso
106 convidou o Sr. Paulo Paim, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do
107 Estado do Rio Grande do Sul, para discorrer sobre o item 6 da pauta. O Sr. Paulo Paim realizou
108 uma apresentação (Anexo I) onde resgatou que há 12 anos, na época da elaboração do PNRH pela
109 FGV, foi demandado pela SRH uma proposta de como seriam tratados os recursos hídricos de

110 fronteira. Foi realizado, então, um estudo de caso da bacia do Rio Quaraí que resultou numa
111 proposta de gestão com aproveitamento das estruturas do SINGREH e das instituições criadas pelo
112 Acordo do Rio Quaraí - em especial da CRQ e do comitê local, sendo acrescido ao comitê local,
113 originalmente criado com a finalidade de resolver os problemas de fronteira, a tarefa de fazer chegar
114 ao SINGREH e à CRQ as demandas de recursos hídricos. Continuou informando que para a bacia
115 do Rio Quaraí, o comitê local foi criado mas não houve replicação da metodologia nas bacias da
116 Lagoa Mirim, do Rio Jaguarão e do Rio Negro, o que teria motivado as articulações e tramitações
117 que resultaram na Moção CNRH nº 29, de 2004. Resgatou que na moção está proposto o
118 estabelecimento da gestão de recursos hídricos envolvendo instituições de recursos hídricos federal
119 e estadual, instituições de fronteira e criação de comitês de coordenação local (CCL's), e o
120 reconhecimento destes CCL's como embriões para formação dos comitês de bacia. Continuou
121 dizendo que, com relação à Moção CNRH nº 29, não houve avanços na bacia do Rio Quaraí,
122 entretanto, para a bacia da Lagoa Mirim, com a utilização da CLM/ALM como um núcleo de
123 formação do comitê de bacia, logrou-se a instituição do “Comitê de Gerenciamento das Bacias
124 Hidrográficas da Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo, tendo por área de abrangência as terras
125 drenadas pelos cursos de água de domínio do Estado do Rio Grande do Sul que afluem para o rio
126 Jaguarão, para a Lagoa Mirim e para o canal São Gonçalo, incluindo a Lagoa Mangueira e os
127 arroios que aportam à Lagoa Pequena e à Laguna dos Patos ao sul do Arroio Correntes” (Decreto
128 RS nº 44.327/06). Esclareceu que área de abrangência deste “comitê de bacia estadual” é
129 equivalente ao futuro recorte do “comitê de bacia federal” da Lagoa Mirim. Esclareceu também que
130 os usuários diretos das águas da Lagoa Mirim, do Canal São Gonçalo e do Rio Jaguarão não fazem
131 parte do “comitê de bacia estadual” mas que há assento para o governo federal. Para o Sr. Paulo
132 Paim, dada a instituição do “comitê de bacia de rio de domínio estadual”, o “comitê de bacia de rio
133 de domínio federal” da bacia da Lagoa Mirim estaria perto de ser viabilizado, faltando apenas
134 agregar os usuários das águas de domínio da União. Por fim, dado o êxito deste processo na bacia
135 da Lagoa Mirim, a qual apresenta maior diversidade na dominialidade das águas e maior conflito
136 pelos seus usos, e considerando que os componentes da seção brasileira da CLM são os mesmos da
137 CRQ, o Sr. Paulo Paim acredita que processo semelhante poderá ser feito para a bacia do Rio
138 Quaraí e do Rio Negro. Entretanto, alertou para a dificuldade de se iniciar o processo e para
139 mobilizar e envolver os atores necessários. Disse ainda que, embora a criação de um comitê deva
140 ser um processo espontâneo da sociedade, se faz necessária uma provocação para que ele de fato
141 aconteça. Antes do intervalo para o almoço, os representantes da CTGRHT debateram se o modelo
142 metodológico e institucional de gestão proposto na Moção CNRH nº 29 poderia ser replicado para
143 todas as bacias de rios fronteiros do País, mas, entretanto, não foram conclusivos. A reunião foi
144 interrompida às 12h45 sendo retomada às 14h30. Para contribuir com os encaminhamentos do item
145 6, o Sr. Cláudio Floriani alertou que o momento seria para acompanhar e monitorar os processos
146 ocorridos a partir da Moção CNRH nº 29 e verificar a necessidade de cobrar sua implementação por
147 parte das instituições que a CTGRHT apoiou ao encaminhar a proposta de moção ao CNRH, assim
148 como para definir as ações que precisariam ser tomadas no âmbito local, e não, para entrar numa
149 discussão metodológica e institucional visando definir as diretrizes e o modelo de gestão de
150 recursos hídricos transfronteiriços. No seu entendimento, este modelo será alvo posterior da
151 CTGRHT e será elaborado a partir dos insumos que estão sendo obtidos dos seminários que a
152 Câmara tem participado, juntamente com o monitoramento do projeto piloto recomendado pela
153 Moção CNRH nº 29. Adiantou, porém, que na sua visão, o comitê local tem que seguir a concepção
154 da Lei nº 9.433/97, sendo indutor do objetivo final que é criar o comitê de bacia de rio fronteiro e
155 institucionalizar a gestão binacional da bacia. Com vistas a subsidiar o debate metodológico, a Sra.
156 Sônia Alves sugeriu convidar o Ministério das Cidades para expor sobre o Estatuto das Cidades e as
157 diretrizes dos Planos Diretores de forma que a CTGRHT pudesse conhecê-los para propor
158 harmonização de legislação com os países vizinhos. Acrescentou que as políticas urbanas, definidas
159 nos Planos Diretores abordando, entre outros, moradia e saneamento, auxiliam a gestão de recursos
160 hídricos. Refletindo as falas anteriores, a Sra. Synara Broch ponderou que para o caso do Quaraí, a
161 metodologia de gestão está dada pela Moção CNRH nº 29, mas entretanto, percebe-se que
162 institucionalmente o comitê local não tem forças para induzir o processo. Desta forma, indagou o
163 Sr. Paulo Paim como a CTGRHT poderia fortalecer o comitê local de forma a levar a cabo o projeto

164 piloto proposto pela moção. O Sr. Paulo Paim respondeu apontando que a diferença da Lagoa
165 Mirim para o Quaraí é a capacidade do “comitê local” (CLM/ALM) de juntar atores e articular com
166 os segmentos interessados. Acrescentou que vislumbra na CTGRHT o potencial de proporcionar o
167 empoderamento do comitê local do Quaraí para que ele induza o processo. Visando estabelecer os
168 encaminhamentos, o Sr. Bernardo Velloso pontuou as seguintes questões apontadas ao longo das
169 discussões: i) o reconhecimento da dificuldade de articulação devido o envolvimento de vários
170 agentes de diferentes esferas para implementação da Moção CNRH nº 29; ii) que, embora haja
171 esforço do Estado do Rio Grande do Sul para organização da gestão de recursos hídricos na região,
172 há um limite da capacidade institucional do Estado que impede a promoção de ações que
173 ultrapassam as suas competências; e iii) o reconhecimento da necessidade de estabelecimento de um
174 diálogo efetivo e contínuo para implementação da moção. Com isto, em continuidade ao apoio da
175 CTGRHT as ações na bacia do Rio Quaraí, sugeriu que o assunto fosse mantido na pauta das
176 reuniões e que fosse estabelecido informalmente uma pequena comissão, inicialmente constituída
177 pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Estado do Rio
178 Grande do Sul e por um ou mais atores locais, com objetivo de aprofundar o diálogo, fazer ecoar as
179 informações e provocar reações das instituições envolvidas no processo de implementação da
180 moção. Além disto, visando estabelecer uma maior aproximação dos agentes envolvidos, sugeriu
181 que a CTGRHT voltasse a se reunir na região no segundo semestre de 2007, quando já estiverem
182 aprofundadas as discussões no âmbito da comissão. Os encaminhamentos sugeridos foram acatados
183 e o Sr. Bernardo Velloso, a Sra. Celina Mendonça e o Sr. Paulo Paim ficaram com a
184 responsabilidade de organizar a comissão e de continuar o diálogo. **Item 7 - Manifesto de apoio à**
185 **criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai:** Primeiramente, o proponente da
186 matéria, Sr. Cláudio Floriani, esclareceu que a finalidade do manifesto seria apoiar a criação da
187 comissão pró-formação do Comitê da Bacia do Rio Uruguai, e não a criação do comitê em si, e
188 sugeriu a elaboração de uma Moção do CNRH a ser destinada à Comissão Executiva Regional da
189 Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai - CER-Uruguai. O Sr. José Vicente Regina acrescentou que
190 seria externalizado, pela CTGRHT, o entendimento de que um futuro comitê da bacia do Rio
191 Uruguai seria a melhor forma para o tratamento das questões fronteiriças relacionadas ao uso da
192 água, e destacou o interesse de diversos segmentos em efetivar a criação do comitê. Atendendo a
193 uma solicitação do Sr. Bernardo Velloso, o Sr. Roger Abboud, do Ministério das Relações
194 Exteriores, fez uma explanação sobre o panorama político na região da Bacia do Prata, na qual
195 apontou a tensão entre a Argentina e o Uruguai em função da instalação de papelerias no lado
196 uruguaio do Rio Uruguai. Disse que estes países tentam envolver o Brasil neste impasse e, por isto,
197 no seu entendimento, o momento político na região é extremamente delicado e não seria prudente
198 provocar uma implementação de comitê de bacia para resolver os problemas transfronteiriços. O Sr.
199 Bernardo Velloso acrescentou que em ambiente onde os ânimos estão exaltados, movimentos
200 poderiam ser passíveis de diferentes interpretações. O Sr. Cláudio Floriani esclareceu o trabalho das
201 12 CER's na elaboração do PNRH e informou que na última reunião da CER-Uruguai encaminhou-
202 se pela criação de uma comissão pró-formação do Comitê da Bacia do Rio Uruguai. Visando
203 tranquilizar o Sr. Roger Abboud, esclareceu que o alcance do comitê seria somente o lado brasileiro
204 da bacia, não envolvendo o território dos países vizinhos, sendo uma organização interna com ações
205 somente na parte brasileira. O Sr. Roger Abboud, embora reconhecendo o mérito de um comitê para
206 a bacia do Rio Uruguai, sugeriu que se esperasse pelo apaziguamento na região, pois a tensão na
207 fronteira transborda o objeto e contamina outras discussões. O Sr. José Vicente Regina disse não
208 encontrar relação entre a tensão supra-mencionada e a proposição de uma Moção do CNRH de
209 apoio a criação da comissão pró-formação do Comitê da Bacia do Rio Uruguai, o qual, se efetivado,
210 teria atuação somente na porção brasileira da bacia. A Sra. Cláudia Grossi manifestou que, após a
211 aprovação do PNRH, considerava importante dar seguimento às questões de gestão na bacia do Rio
212 Uruguai, no seu lado brasileiro, e considerou conveniente estimular a formação do comitê daquela
213 bacia. Em nome da soberania brasileira, a Sra. Celina Mendonça disse que não dever-se-ia vincular
214 a implementação do SINGREH e a aplicação das leis brasileiras aos problemas de outros países, e
215 que a interpretação dada pelo Ministério das Relações Exteriores poderia provocar um vácuo no
216 estabelecimento de comitês de bacia na fronteira. Em prol da cautela diplomática e considerando
217 relevante as preocupações apontadas pelo Sr. Roger Abboud, o Sr. Bernardo Velloso sugeriu a

218 continuidade do debate do assunto com os seguintes objetivos: i) estabelecer o alcance exato da
219 iniciativa; e ii) definir a melhor forma de manifestação, pois, como a função da CTGRHT é
220 subsidiar o CNRH, em tese, qualquer manifestação deveria ser aprovado pelo seu plenário. Sugeriu
221 também o estabelecimento de uma comissão, formada pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo
222 Ministério do Meio Ambiente e pelos Srs. Cláudio Floriani, José Vicente Regina e Paulo Paim, para
223 que dessem continuidade ao debate e que na próxima reunião da CTGRHT apresentassem uma
224 proposta de encaminhamento do assunto. As sugestões do Sr. Bernardo Velloso foram acatadas.
225 Com o encerramento do Item 7, o Sr. Bernardo Velloso propôs uma inversão de pauta: realizar a
226 apresentação do Item 9 antes das discussões do Item 8. Não havendo oposições, a reunião
227 prosseguiu ao **Item 9 - Apresentação: Empreendimentos Hidrelétricos na Bacia do Rio Madeira:**
228 Primeiramente, o Sr. Bernardo Velloso resgatou que, na 36ª Reunião da CTGRHT, o Sr. Glauco
229 Silva, representante das Organizações Não Governamentais, contestou os estudos relacionados aos
230 empreendimentos hidrelétricos no Rio Madeira, tendo motivado o Ministério de Minas e Energia a
231 solicitar espaço na pauta da CTGRHT para realizar uma apresentação informativa sobre o tema.
232 Passou então a palavra para a Sra. Arlete Neves, representante do Ministério de Minas e Energia,
233 que por sua vez convidou o Sr. Márcio Porto, de Furnas Centrais Elétricas S/A, que realizou uma
234 apresentação com o intuito de nivelar as informações a respeito dos empreendimentos hidrelétricos
235 no Rio Madeira - Usinas de Santo Antônio e Girau (Anexo II). Ao longo da apresentação foram
236 esclarecidas as dúvidas e emitidas as opiniões divergentes. Após a sua apresentação, o Sr. Márcio
237 Porto registrou sua indignação e manifestou repúdio as declarações do Sr. Glauco Silva na 36ª
238 Reunião da CTGRHT e disse que Furnas Centrais Elétricas S/A estará sempre disponível para
239 efetuar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários sobre os empreendimentos
240 hidrelétricos no Rio Madeira. Por fim, deixou a disposição da CTGRHT o documento intitulado
241 "Estudos Verdadeiramente Confiáveis: Comentários sobre as 30 Distorções Produzidas pelas
242 ONG's para Atacar o EIA-RIMA do Projeto Madeira", elaborado por Furnas/Odebrecht/Leme. Por
243 sua vez, o Sr. Glauco Silva registrou que suas declarações não refletiam apenas a sua posição
244 pessoal, mas também o pensamento da sociedade local a qual ele representa na CTGRHT,
245 sociedade esta que tem como exemplo a Usina de Samuel que mais inundou áreas do que gerou
246 energia elétrica. Continuou ponderando que o fórum colegiado do CNRH é um ambiente salutar
247 para manifestação de diferenciados interesses relacionados ao uso da água e que reiterava as suas
248 palavras registradas na ata da 36ª Reunião da CTGRHT. Por fim, solicitou que na próxima reunião
249 fosse disponibilizado espaço na pauta para que as ONG's apresentassem o conteúdo do DVD que
250 ele estava disponibilizando à Secretaria Executiva para divulgação junto aos demais representantes
251 da CTGRHT. Encerrando o Item 9 da pauta, o Sr. Bernardo Velloso agradeceu a apresentação e as
252 manifestações realizadas, e disse que o objetivo de apresentar mais informações sobre os
253 empreendimentos foi alcançado. Por fim, solicitou ao Sr. Marco Amorim que disponibilizasse aos
254 representantes da CTGRHT os documentos entregues pelos Srs. Márcio Porto e Glauco Silva para
255 análises internas nos seus órgãos e disse que não gostaria de estender a discussão pois as
256 divergências apontadas extrapolavam as competências da CTGRHT. **Item 8 - Plano de Trabalho**
257 **CTGRHT/2007:** em função do adiantado da hora, o Sr. Bernardo Velloso sugeriu a não discussão
258 deste item, sendo encaminhado pela sua inclusão na pauta da 39ª Reunião da CTGRHT para
259 eventuais comentários dos representantes da CTGRHT ao Plano de Trabalho 2007. Solicitou,
260 entretanto, que fosse incluído no Plano a reunião prevista para ser realizada na região do Rio
261 Quaraí, no segundo semestre de 2007, conforme encaminhamento do item 6 da pauta desta reunião.
262 **Item 10 - Informes Gerais:** Os Srs. Marco Amorim e Cláudio Floriani informaram que nos dias 09
263 e 26 de fevereiro de 2007 foram realizadas reuniões preparatórias ao seminário a ser realizado na
264 cidade de Foz do Iguaçu-PR, reuniões que contaram com apoio da Itaipu Binacional. Disseram que
265 estas reuniões produziram um conteúdo programático preliminar para o evento (I Encontro
266 Trinacional sobre Gestão de Águas Transfronteiriças: Bacias Hidrográficas do Paraná III / Paraná
267 Médio, Rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu), o qual poderia ser analisado na memória de reunião do
268 dia 26 de fevereiro de 2007. Solicitaram que as sugestões ao conteúdo programático fossem
269 encaminhadas à Comissão Executiva do evento (Sr. Mauri Pereira - mauri.pereira@terra.com.br; Sr.
270 Jair Kotz - kotz@itaipu.gov.br e Sr. Marco Amorim - marco.amorim@mma.gov.br) até o dia 09 de
271 março de 2007. O Sr. Marco Amorim ficou responsável por encaminhar aos representantes da

272 CTGRHT as duas memórias das reuniões supra-citadas. Como sugestão, a Sra. Sônia Reis citou a
273 inclusão da temática Estatuto das Cidades e Planos Diretores no conteúdo programático do evento
274 em Foz do Iguaçu-PR. O Sr. Carlos Hugo Suarez informou que o Sr. Mauri Pereira foi selecionado
275 para participar do curso sobre gestão de recursos hídricos transfronteiriços patrocinado pelo
276 *Swedish International Development Cooperation Agency - SIDA*, e informou também que, como
277 desdobramento do treinamento que realizou pelo SIDA, em janeiro de 2007, participou da 2ª fase
278 da capacitação em gerenciamento de recursos hídricos para os países da bacia do Rio Zambese,
279 região com problemas complexos em relação ao uso da água, e que, embora haja integração entre os
280 oito países, a capacidade gerencial ainda é pequena. A Sra. Celina Mendonça informou que o GT do
281 Rio Acre tem trabalhado com afinco e que os atores locais estão muito engajados. Disse que,
282 embora somente o Alto Rio Acre esteja na fronteira, o grupo optou por trabalhar toda a bacia do Rio
283 Acre e já sinaliza a realização de um seminário, no segundo semestre de 2007, envolvendo os três
284 países fronteira, para consolidar informações que encontram-se dispersas nestes países. O Sr.
285 Bernardo Veloso informou que a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o ano de 2008
286 como o Ano Internacional do Saneamento, iniciativa do Japão, co-patrocinada pelo Brasil, e que
287 distribuiria o texto da resolução das Nações Unidas na próxima reunião. A Sra. Sônia Alves sugeriu
288 a realização de um seminário envolvendo os países da América do Sul para discussões do
289 saneamento na região de fronteira, tendo o presidente da CTGRHT solicitado a ela elaborar uma
290 proposta para análise da Câmara. Nada mais sendo tratado, a reunião foi encerrada às 18h30 e segue
291 assinada pelo Presidente e pelo Relator.

292
293 Ata aprovada na 39ª Reunião da CTGRHT realizada em 10 de maio de 2007.

294
295
296
297

Bernardo Paranhos Velloso
Presidente

Marco Antônio Amorim
Relator